



NOVIDADES LEGISLATIVAS



Nesta Edição:

- **CCJC aprova PEC de quebra de sigilo das operações do BNDES**
- **Representante da CNI participa de audiência pública para debater o novo mercado de gás**
- **CDR se reúne para debater as ações da SUDECO nos próximos 2 anos**

CCJC aprova PEC de quebra de sigilo das operações do BNDES

A proposta de emenda constitucional PEC 72/2015, de autoria do deputado Alceu Moreira (PMDB/RS), teve parecer aprovado na CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pelo relator deputado Rogério Peninha Mendonça (MDB/SC).

O parecer aprovado é favorável à matéria proposta de quebra do sigilo das operações do BNDES, determinando que nas operações ativas não haverá sigilo inviolável de correspondência, comunicação telegráfica, dados e nem de comunicações telefônicas, salvo, por ordem judicial. O parecer teve votos contrários dos deputados Patrus Ananias (PT/MG), João Campos (REPUBLICANOS/GO), Pedro Uczai (PT/SC), Samuel Moreira (PSDB/SP), Alencar Santana Braga (PT/SP) e Talíria Petrone (PSOL/RJ).

A matéria viola cláusula pétrea e o princípio da igualdade, à medida que retira do sigilo bancário apenas o contrato celebrado por uma entidade governamental específica de fomento (BNDES).

Representante da CNI participa de audiência pública para debater o novo mercado de gás

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados realizou nova audiência pública para debater o PL 6407/2013 e as possibilidades de abertura do mercado de gás natural no país.

Presentes à audiência: Symone Christine de Santana Araújo, Diretora do Departamento de Gás Natural do Ministério de Minas e Energia; Hélio Bisaggio, Superintendente de Infraestrutura e Movimentação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP; Ricardo Medeiro de Castro, Coordenador do Departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE; Álvaro Ferreira Tupiassu, Gerente Geral de Planejamento e Marketing das Operações de Gás e Energia da Petrobras; Marcelo Mendonça,

Diretor de Estratégia e Mercado da ABEGÁS; Paulo Pedrosa, Presidente da ABRACE; Ricardo de Azambuja Pinto, Presidente do Conselho Administrativo da ATGÁS; Luiz Costamilan, Secretário Executivo de Gás Natural do IBP; Wagner Ferreira Cardoso, Gerente-Executivo de Infraestrutura da CNI; Frederico Rodrigues, Diretor de Relações Institucionais da Abraceel; e Fernando Figueiredo, Presidente da Abiquim.

Symone Araújo destacou que o processo de transição para um modelo mais aberto é custoso e tira os agentes econômicos da zona de conforto. Ressaltou que não existe nada pior que o monopólio natural desregulado e listou, os vários tipos de monopólio existentes, destacando que não é objetivo do Ministério quebrar o monopólio natural.

A representante do Ministério de Minas e Energia ressaltou que a Petrobras aumentou sua participação no mercado de gás, estando presente em 20 das 27 distribuidoras. Afirmou que o segmento de distribuição tem 5 grandes grupos que dominam o mercado. Ressaltou que o tratamento tributário do gás é antigo, datando da década de 70, e necessita de uma atualização. Ainda destacou que o gás brasileiro é o mais caro do mercado sul americano, haja vista a situação de extrema concentração do mercado e que para que haja uma diminuição do preço do gás, é vital a presença de mais consumidores livres.

O representante da ANP destacou a necessidade de abertura gradual do mercado de gás para a criação de um ambiente concorrencial. Segundo ele o acesso ao sistema de transporte é pré-condição para o desenvolvimento do mercado. No caso do Brasil, considerando as características gerais da indústria do gás e os mecanismos presentes de formação de preço do gás natural, a transição para um mercado de concorrência deve levar em conta um processo de evolução, assim como ocorreu em outros países, no qual a adaptação do marco legal e regulatório será acompanhada pela entrada de um número crescente de agentes no mercado, até a meta de um mercado concorrencial líquido possa ser atingida. Destacou, ainda, que o surgimento desse mercado líquido tem de estar atrelado a criação de mecanismos que deem transparência na formação de preços e permitam uma sinalização de liquidez no curto prazo.

Por fim, destacou os pontos essenciais do PL, colocando ênfase na mudança do regime de outorga dos gasodutos de transporte do modelo de concessão para o modelo de autorização, na promoção ao livre acesso às infraestruturas essenciais, na mudança do regime de outorga das estocagens geológicas de gás natural para o sistema de autorizações e na previsão da realização de programas de *Gas Release* e *Capacity Release* e na vedação ao *self-dealing*.

O representante do CADE descreveu a situação de concentração de mercado no setor do gás. No caso, destacou que no mercado *downstream*, há o monopólio legal, questionando se tal situação é desejável para a economia. Ainda, expôs alguns casos analisados pelo CADE de preços abusivos no contexto de concentração do mercado. Ao fim da apresentação, ressaltou a questão da tributação para consolidação de monopólios, frisando que, caso haja o desejo de instalar um mercado concorrencial no país, é necessário fazer reformas no sentido de mudar o atual sistema tributário do mercado.

Álvaro Tupiassu, da Petrobras, esclareceu que existem questões críticas para introdução de um mercado competitivo de gás, destacando, entre elas, o tempo de transição, a elaboração dos códigos de rede, a implantação do modelo de entrada e saída, a área única de mercado (integração das transportadoras), a coordenação da operação integrada e os acordos com governos estaduais, que assegurem a abertura do mercado e um plano de transição com dono, prazo e comprometimento dos agentes. Ao fim da apresentação frisou os compromissos da Petrobras, como a venda de 100% do transporte de gás, o desinvestimento da empresa no setor de

distribuição e a redução substancial da participação da empresa na cadeia do gás, contribuindo para a consolidação de um mercado competitivo.

O gerente executivo de infraestrutura da CNI, Wagner Cardoso, apresentou as preocupações da indústria no que se refere à elaboração de um novo marco regulatório do setor de gás. Segundo Wagner, a nova lei do gás trará segurança jurídica para os agentes. Abordou, ainda, pontos cruciais para serem incorporados à nova lei, como o acesso não discriminatório a terceiros (gasodutos, UPGNs, terminais de GNL) e o problema enfrentado com a baixa eficiência das Agências Reguladoras Estaduais.

Paulo Pedrosa, da ABRACE, asseverou que o Brasil vive um momento singular e deve aproveitar a convergência entre os atores e o amadurecimento da discussão nos últimos anos para promover abertura do mercado. Defendeu, ainda, a mudança no mercado de gás como a grande agenda para impulsionar a recuperação da economia brasileira em 2019.

Fernando Figueiredo, presidente da ABIQUIM, apresentou dados do setor químico brasileiro, que representa 2 milhões de empregos, a 6ª maior indústria química do mundo, 2,4% do PIB, 3º maior PIB industrial e US\$ 127,9 bilhões faturamento. Demonstrou ainda que a indústria Química é o setor que mais consome gás no Brasil, todavia, desde 2011 está fechando uma planta de produtos químicos por ano em função dos preços do gás. Fernando defendeu que a nova lei traga especificação do gás natural.

O Presidente da Comissão de Minas e Energia e relator da matéria, deputado Silas Câmara (REPUBLICANOS/AM) afirmou que apresentará seu parecer no dia 06 de setembro.

CDR se reúne para debater as ações da SUDECO nos próximos 2 anos

Foi realizada hoje audiência pública na CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, para discutir as ações da SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste nos próximos dois anos. Estiveram presentes o Superintendente do Desenvolvimento do Centro-Oeste, Nelson Vieira Fraga Filho, o Gerente Executivo do Banco do Brasil, Emmanoel Schmidt Rondon, e o Presidente do Banco do Nordeste, Romildo Carneiro Rolim.

A sessão começou com o presidente da comissão, senador Izalci Lucas (PSDB/DF), destacando que o FCO não vem atendendo seus objetivos principais de desenvolvimento regional e social. Ele ressaltou que a reunião foi requerida com objetivo de achar soluções para a questão das garantias que impedem o acesso aos créditos do fundo de pequenas empresas, *start-ups* e empresas em formação. O senador ainda fez críticas aos processos burocráticos do FCO e à iniciativa que retira 1% dos fundos constitucionais para o financiamento dos Estados, fazendo menção à PEC 119/2019.

O representante da SUDECO fez um painel geral da ação da superintendência e destacou as oportunidades de investimento para o desenvolvimento da região, como a redução de barreiras alfandegárias e o aumento da demanda por alimentos, a expansão do movimento turístico mundial, o avanço da biotecnologia e da bioindústria, e a integração da logística da América do Sul. Chamou a atenção para a queda do orçamento em relação a 2018, tanto em relação a emendas parlamentares quanto ao plano de ação da instituição, que devem ser voltados para projetos com impacto direto de desenvolvimento da região, e não apenas de compras de equipamentos. A



SUDECO tem se voltado para a parceria público-privada, com a realização de parcerias com entidades como Banco Mundial e Sebrae.

O representante do Banco do Brasil destacou que a instituição tem bons resultados no crédito rural, contribuindo para o sucesso do agronegócio no Brasil, além de outras ações em curso: desburocratização dos procedimentos relacionados ao crédito dos fundos constitucionais como um todo, revisão de cálculos, orçamento (no caso do FDCO o orçamento é muito pequeno em relação à demanda), revisão da programação do FCO 2019-2020, equilíbrio entre FCO rural e FCO empresarial, e microcrédito produtivo orientado. Na questão relacionada à descentralização do crédito, o Banco está avaliando a redução do ticket médio das operações por meio da alteração do teto das operações.

O representante do Banco do Nordeste destacou a experiência da instituição no crédito produtivo de logo prazo via FNE, envolvendo os diferentes setores, portes e estudantes, e aplicação de recursos no microcrédito rural e empresarial. Tem o objetivo de fazer o FNE com maior celeridade no tempo de atendimento.

O senador Izalci Lucas (PSDB/DF) ainda fez críticas ao alto custo dos financiamentos do Banco do Brasil, destacando que o financiamento deve ser feito apenas com bons projetos que tenham viabilidade financeira e que, portanto, deveriam ser requeridas menos garantias. Criticou ainda o direcionamento de recursos para o FIES.

Ao final da sessão, o senador Wellington Fagundes (PL/MT) se opôs à destinação de recursos para as obras de infraestruturas dos Estados, se propondo a criar uma frente de oposição à medida em questão.

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação Semanal da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação Técnica: Marcos Borges | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 novidades.leg@cni.com.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 | sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco C, Edifício Roberto Simonsen | CEP 70040-903 Brasília, DF | (61) 3317.9001 www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.